

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.dj@abr.com.br

Primeiro de muitos

A briga pública dos filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro com a ex-primeira-dama Michelle, por causa das alianças estaduais e federal, está apenas começando. Com Jair Bolsonaro fora do jogo e impedido de conversar a qualquer momento com toda a família, que se acha a solução para o país, os entreveros tendem a se repetir.

Chapa forte

Fora da família, muita gente defende que a composição mais promissora para 2026 seria uma chapa com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e o de Minas Gerais, Romeu Zema, de vice. É mais ou menos o que fez Lula, em 2002, quanto foi candidato a presidente com José Alencar na vice. A dupla venceu o PSDB, que passava por um desgaste de material depois dos oito anos do governo FHC.

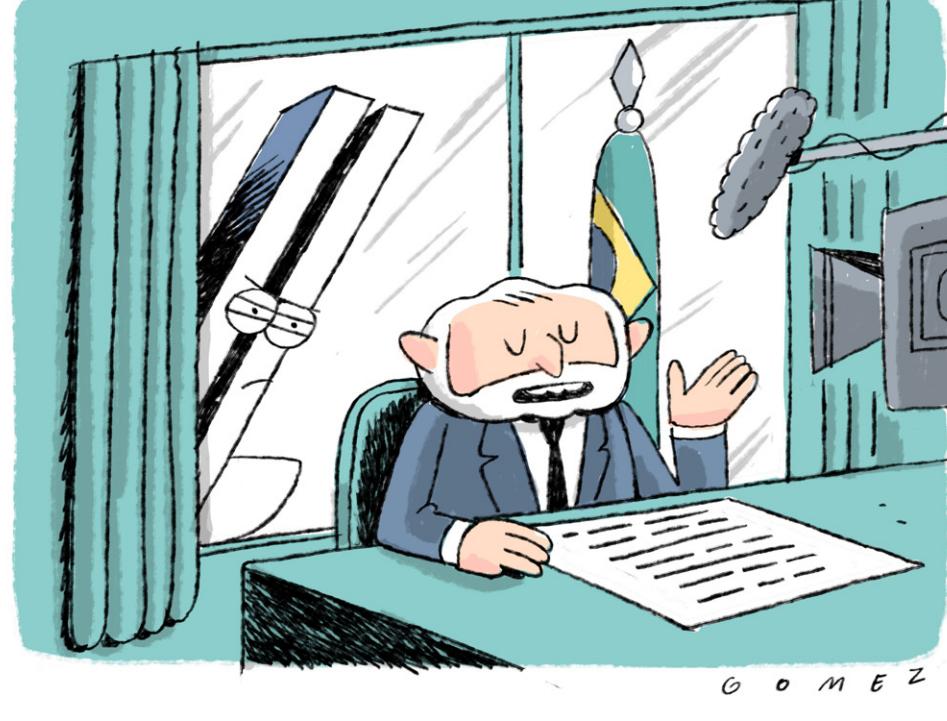
A segurança e o PT

O Partido dos Trabalhadores vai comprar a briga contra aqueles que colocam a operação do Rio de Janeiro como "um sucesso". É o que mostra o discurso do presidente do partido no seminário que debate a segurança pública. "121 corpos negros espalhados no chão mostram que o Estado falhou. Devemos ter vergonha e não fazer como a sociedade", disse Edinho Silva. O partido quer políticas públicas que ganhem os jovens cooptados pelo crime organizado.

Por falar em segurança...

Muita gente no próprio PT considera que Lula errou ao não recriar o Ministério da Segurança Pública. Porém, diante do crescimento dos tentáculos do crime organizado no país, há quem diga que o desgaste seria maior.

Congressistas com a pulga atrás da orelha



Os parlamentares do centrão logo associaram ao bordão da esquerda e de muitos sindicatos, "Congresso inimigo do povo", o fato de o presidente Lula usar a expressão "governo ao lado do povo" em seu pronunciamento do último domingo, sobre a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil. Ainda que Lula tenha se referido à aprovação da proposta por unanimidade no Parlamento, não houve, no pronunciamento, um agradecimento especial aos relatores Arthur Lira e Renan Calheiros e tampouco aos presidentes das duas Casas, Hugo Motta e Davi Alcolumbre.

» » » »

O que vem por aí/ Os reflexos desse pronunciamento, visto como um estímulo à luta de classes e de "ricos contra pobres ou nós contra eles" em pleno domingo, serão muitos. A desconfiança está instalada no centrão, grupo do qual Lula precisa para aprovar as propostas que faltam até a eleição. O presidente, porém, sabe que esses partidos do centro não têm preferência pelo PT, seja com ou sem Lula. Por isso, o seu governo fará o que considera mais produtivo: Colocar-se ao lado do povo. Foi isso que lhe garantiu a reeleição e a vitória de Dilma Rousseff em eleições passadas. E, como os presidentes das duas Casas não estão no rol de legendas que pretendem seguir com Lula, entraram, na visão do Planalto, no rol dos "amigos, amigos, eleição à parte".

CONGRESSO/ Relator Mendonça Filho submete às lideranças partidárias o texto, que trata das mudanças no sistema de segurança pública do país, antes de levar à Comissão Especial que discute o assunto. Votação deve ocorrer esta semana

PEC da segurança chega a líderes

» WAL LIMA
» ALÍCIA BERNARDES

O colégio de líderes da Câmara dos Deputados conhecerá, hoje, o relatório da Proposta de Emenda Constitucional nº 18/2025, que altera o sistema de segurança do país, conhecida como PEC da Segurança Pública. Foi o que prometeu, ontem, o presidente da Casa, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), em publicação nas redes sociais.

De acordo com Motta, o texto, que tem como relator o deputado Mendonça Filho (União-PE), tem previsão de ser votado na comissão especial que debate o tema na próxima quinta-feira, para ser apreciado no plenário ainda este ano. "Segurança pública é nossa prioridade", disse ele na publicação.

Ainda ontem, Mendonça Filho ainda fazia ajustes ao texto e, segundo a sua assessoria de imprensa, passou o dia em reuniões com equipe técnica da Câmara e da liderança. Estão previstas audiências públicas hoje e amanhã, na comissão especial.

A proposta é uma das apostas do Governo Lula para enfrentar o problema da segurança pública no país, mas vem sofrendo resistências no parlamento e por parte de governadores, em especial, contra o dispositivo que atribui à União a elaboração do plano nacional de segurança pública que deverá ser observado pelos estados e o Distrito Federal.

Entre os principais questionamentos da oposição, está que a União, segundo o texto apresentado inicialmente, seja a responsável por elaborar a política nacional de segurança pública, "cujas diretrizes serão de observância obrigatória por parte dos

entes federados, ouvido o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, integrado por representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios".

Fortalecimento

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, aproveitou a sua presença na sessão solene em homenagem ao Dia Nacional do Delegado de Polícia para também comentar o assunto. Ao deixar a solenidade, ele disse que o fortalecimento das instituições policiais é essencial para conter a impunidade e aprimorar o combate ao crime organizado no país. Para Silveira, a autoridade policial é "o primeiro julgador", responsável por conduzir inquéritos sólidos e assegurar que casos cheguem à Justiça com base probatória consistente.

Para o titular de Minas e Energia, a PEC precisa preservar a capacidade investigativa dos órgãos federais e reforçar o enfrentamento às organizações criminosas. Ele ressaltou, ainda, que o combate à lavagem de dinheiro é "o topo da pirâmide" no enfrentamento às facções e depende de uma PF fortalecida.

Silveira também demonstrou preocupação com pontos do PL Antifacção, que deve ser votado nos próximos dias no Senado. Segundo ele, trechos aprovados pela Câmara fragilizam a atuação da Polícia Federal, especialmente na repressão ao núcleo financeiro do crime organizado.

O ministro, porém, disse confiar no relator Alessandro Vieira (MDB-SE) para aprimorar o texto. "Ele conhece profundamente o tema e tenho convicção de que o Senado entregará uma legislação eficaz", afirmou.

Despedida com pompa

Pablo Jacob / Governo do Estado de SP



A solenidade dos 134 anos do 1º Batalhão de Choque Tobias de Aguiar (Rota), marcou a despedida de Guilherme Derrite como Secretário da Segurança Pública de São Paulo. Ele deixa o cargo para retornar à Câmara dos Deputados, pelo Partido Progressista (PP). Na cerimônia, o governador Tarcísio de Freitas anunciou que o delegado Osvaldo Nico Gonçalves, assume a secretaria a partir de hoje. A solenidade homenageou também 63 autoridades, entre as quais o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) e o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL). Em seu discurso, Tarcísio elogiou a Operação Contenção, chefiada por Castro e que terminou com a morte de 121 pessoas.

Oposição espera votar anistia hoje

A oposição promete ir para o combate, hoje, na luta pela anistia ao ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro e aos presos envolvidos nos atentados de 8 de janeiro. De acordo com o líder do Partido Liberal (PL) na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), a oposição vai insistir para que o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), pague a votação.

Ontem, em entrevista ao podcast Flow, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), porta-voz do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), afirmou que "fatores externos" impedem que os presidentes Hugo Motta (Republicanos-PB), da Câmara, e Davi Alcolumbre (União-AP), do Senado, coloquem o PL em discussão.

"Tem, claramente, algum fator externo estranho ao Congresso Nacional que inviabiliza o andamento dessa pauta. A gente está com dificuldade até de pautar, que foi o que a gente combinou, o que a gente pediu", disse, argumentando que a votação foi um compromisso feito por Motta e Alcolumbre com a oposição durante as suas respectivas campanhas.

Na semana passada, Sóstenes já havia dito que, além do PL da dosimetría, sob a relatoria de Paulinho da Força (Solidariedade-SP), está em elaboração uma proposta de uma anistia menos radical do que o PL original, mas que contempla, também, a anistia. "O procedimento são diálogos que estão acontecendo duas, três vezes ao dia. Isso vai acontecer até na segunda-feira e a gente espera dar boa notícia ao Brasil, que finalmente na terça vem a pauta e a gente vence essa matéria", afirmou Cavalcante, em coletiva. Ele acrescentou que esteve pessoalmente com Motta e Alcolumbre para alinhar os detalhes.

A articulação da oposição envolve, ainda, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que tem retomado o contato com Motta e tem buscado também o apoio do senador Ciro Nogueira (PP-PI). Paralelamente, ele também tem buscado o aval da família Bolsonaro e mantém o contato com o senador Flávio e com a ex-primeira-dama Michelle. (WL, com agências)